



“Quem trabalha é que tem razão, eu digo e não tenho medo de errar”: reflexões sobre as relações entre saúde e trabalho na Chapada do Apodi (CE)

*“Who works it’s who has the reason, I say and I’m not afraid of being wrong”:
reflections about the relations between healthy and work at Chapada do Apodi*

GOMES, Melina Sousa.

Universidade Estadual do Ceará (UECE), melinasousagomes@gmail.com

Eixo Temático: Agrotóxicos e Transgênicos

Resumo: A Chapada do Apodi, na divisa entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, comporta uma série de conflitos entre população trabalhadora do campo, Estado e Agronegócio. Boa parte destes conflitos remetem a questões de saúde, pois as empresas presentes na região utilizam-se amplamente da prática indiscriminada de agrotóxicos, comprometendo a saúde ambiental pela contaminação dos bens comuns e demais agravos à saúde da comunidade. O objetivo deste trabalho é expor algumas percepções dos moradores sobre as relações entre trabalho, doença e saúde, bem como problematizar o modelo de desenvolvimento hegemônico posto pelo capitalismo, trazendo possibilidades de questionamento e enfrentamento a este modelo à luz da ciência e dos movimentos sociais articulados entre si.

Palavras-Chave: Trabalhador do campo; Saúde; Contaminação por Agrotóxicos; Resistência.

Keywords: Field worker; Health; Contamination by agrotoxics; resistance.

Chapada é lugar bonito: apresentação

Há no Ceará, divisa com o estado do Rio Grande do Norte, uma Chapada com nome de Apodi. É uma região de aquífero rico, com diversos tipos de solo, de clima regional semi-árido e regime de chuvas tropical, com precipitações concentradas nos primeiros cinco meses do ano (CARVALHO NETA, 2007). Em 1989, recebeu por parte do DNOCS um perímetro de irrigação, mais precisamente na cidade de Limoeiro do Norte, pertencente ao estado do Ceará, região leste da Chapada.

A presença da irrigação favorecida pelo relevo, juntamente com a política de incentivo do estado para a industrialização agrícola, chamou atenção de empresas produtoras multinacionais, sobretudo fruticultoras. Algumas então se alojam na região e passaram a produzir em larga escala nos moldes da agricultura pós-revolução verde, atendendo às demandas de um mercado externo e trazendo uma série de alterações sócio econômicas e nas condições de saúde e modos de vida da população local. (SAMPAIO, J.L; LIMA, A.E.F; FREITAS, B.M.C, 2011). É sobre estes últimos pontos que desenvolveremos nosso texto, focando nas relações entre saúde-trabalho-ambiente e a utilização de agrotóxicos.

A primeira vez que fui em Limoeiro do Norte, em 2008, conheci o perímetro irrigado. Visitei a barragem de Pedrinhas, importante ponto turístico da região, compondo parte do Canal da Integração, também conhecido como Eixão das Águas. À época, a



fruticultura destacava-se na exportação e os conflitos em torno da chegada, permanência e tentativas de expulsão da agroindústria, bem como as lutas por direitos trabalhistas e acesso aos bens comuns, já aconteciam. Uma liderança local, José Maria Filho, encabeçava a luta por justiça ambiental e denunciava os crimes cometidos pelos principais empregadores da agroindústria estabelecida na região.

Zé Maria contribuiu com a organização dos camponeses que perderam suas terras com a desapropriação por parte do governo e depois por conta da invasão de suas áreas do perímetro pelas empresas. A luta pela terra e a denúncia sobre os impactos da pulverização aérea de agrotóxicos foram, segundo a denúncia do Ministério Público, a motivação do seu assassinato (SILVA E FREITAS, 2018).

Zé Maria do Tomé, como era conhecido, foi assassinado aos 21 de abril de 2010 e, como a serpente encantada que ao lhe cortar a cabeça, brotam duas e assim repetidamente, o crime inaugura uma nova etapa de resistência por parte da comunidade, que se finca na luta pautada principalmente nas questões relativas à utilização de agrotóxicos na região.

O que se escuta pelas andanças: o campo

Retornei à região em 2013 e conheci o Tabuleiro de Russas, local destinado à produção de, entre outros produtos, banana. Esta visita foi guiada por um agricultor nativo, em um bonito fim de tarde sem perturbações. Andamos pelo perímetro, chegamos ao seu lote e, enquanto ele habilmente desfazia os cachos em pencas, conversávamos sobre a adubação do plantio: “*só bagana! Somente, somente. Agora os lote (sic) vizinho, aí,... tem tudo que é veneno.*”

Pergunto se, como ele não utiliza nenhum agrotóxico, poderia comercializar seu produto como orgânico, ao que me responde: “*Não, não... não dá pra dizer que é sem agrotóxico. Eles usa (sic) aí do lado, e pior que ainda escorre pra cá, pela água. A nossa água... ela não é limpa, mais não. Tem gosto ruim.*”

Começamos a pôr as pencas de banana contaminadas indiretamente pelo ar, pela água e pelo solo no carro. Nesse momento, meu gentil condutor me faz atentar a uns minúsculos bichinhos, insetos voadores que zuniam ao nosso redor, próximo às frutas. Ainda não havia me dado conta deles, logo eu que, alérgica que sou, por eles sinto-me bastante incomodada. Explicou-me: “*se ninguém usasse, uma hora dessa aqui era muriçoca que nem presta. Mas não tem, não. O veneno mata tudo, mata as praga ruim, os inseto, tudo.*” Tudo.

Então aquele fim de tarde sem perturbações devia-se ao uso indiscriminado de agrotóxicos na região. Este uso que contamina o ambiente, o alimento, envenena e mata trabalhadores, causando ainda agravos à saúde da população exposta direta ou indiretamente aos agentes patogênicos.



No caminho de volta, noite baixa mas já escura, meu guia comenta que vai à colheita àquele horário para evitar se expor aos agrotóxicos, pois “*não tem hora, é toda hora. É de cima, é de lado, vem de toda banda (risos).*” Ele referia-se à pulverização aérea da região, ao que chamamos “chuva de veneno”:

Sob os argumentos de ser mais barata, ter maior qualidade, reduzir o tempo de aplicação, ter melhor uniformidade, não agredir a cultura, ser mais segura, aproveitar melhor as condições climáticas, ser garantida, não transportar vetores e não agredir o meio ambiente, forja-se a construção de um consenso acerca da pulverização aérea ser o método mais rápido e eficaz de combate ao fungo (grifos da autora) (MAIA, 2011, p.525).

O fungo em questão é o *Mycosphaerella musicola* Leach, causador de uma doença chamada Sigatoka-amarela, que causa morte precoce das folhas de bananeira – daí a relação entre o plantio da banana e utilização de pulverização aérea. É sabido, porém, que um método eficaz de combater este tipo de infecção é não investir na monocultura – a diversidade de culturas é um pilar básico da agroecologia, modelo de oposição ao agronegócio.

A filosofia dominante alega que as pragas, as deficiências de nutrientes ou outros fatores são a causa da baixa produtividade, entendimento oposto àquele que considera que as pragas ou nutrientes só se tornam um fator limitante quando o agrossistema não está em equilíbrio. Por esta razão, ainda persiste e prevalece a visão estreita de que a produtividade é afetada por causas específicas e, portanto, bastaria saná-las por meio de novas tecnologias para resolver o problema. Essa lógica tem impedido que os agrônomos percebam que os fatores limitantes tão somente refletem os sintomas de uma doença sistêmica inerente a desequilíbrios dentro do agrossistema (ALTIERI, 2012, p.104).

Para viabilizar esta chuva de veneno, os agrotóxicos são comercializados sem políticas de restrição ou controle, combinados entre si de maneira mais ou menos aleatória e, ao passar pelo ar e atingir a plantação e o solo, atinge também o trabalhador, sua roupa, sua comida. Permanece enxovalhando o ar, voa longe e adentra casas, condensa-se em panelas, atinge adultos e crianças – nada próximo lhe escapa. Nada.

Por fim, trago a fala deste sujeito sobre a percepção da situação de saúde da região: “*Olha, o gosto do alimento quando você não usa o agrotóxico, ele muda. É mil vezes melhor. E mesmo que não fosse... tá vendo todo mundo aí, esse pessoal, tudo morrendo de câncer? Não é por outra coisa, não. Tá aí. O pessoal diz que ‘ah, é a doença do mal..., é o mal...’ Não. É do veneno.*” Como diz o samba que intitula o texto, “quem trabalha é que tem razão”.

O que se pensa sobre o que escutamos: teorizações e encaminhamentos

Não há níveis considerados seguros para o manejo de agrotóxicos. Há, sim, uma grande permissividade – inclusive na legislação – no que diz respeito à atenuação de seus efeitos na relação saúde/ambiente.



Um aspecto relevante, relativo à regulação dos agrotóxicos no Brasil, é que os dados toxicológicos avaliados se referem aos ingredientes ativos, mas não aos produtos formulados. Esta lacuna na legislação pode representar riscos à saúde humana e aos ecossistemas, uma vez que há componentes de tais formulações que apresentam propriedades tóxicas (...) (HESS, 2018, p.135).

De acordo com a autora, além dos riscos inerentes ao veneno em si, não há dados objetivos para evidência epidemiológica na produção e investigação sobre a potencialidade nociva dessas substâncias em suas formulações disponíveis no mercado para comercialização e uso. E mais: a combinação aleatória citada anteriormente neste artigo, gera um novo composto sobre o qual não temos como mensurar, no momento, os impactos à saúde da população direta ou indiretamente exposta.

Ao investigarmos a relação saúde/produção/ambiente, um sujeito assume destaque: o trabalhador. Em uma visão marxista, compreendemos que a dimensão da atividade humana, realizada em um processo material histórico dialético, é condição ontológica para a produção de subjetividade. Em outras palavras, é o processo de interação do homem com a natureza, através da modificação do espaço ao imprimir no ambiente a sua marca, que torna o indivíduo um sujeito, um humano; o trabalho hominifica o ser. O trabalho frente ao capital, voltado para acumulação em sua produção fetichizada de mercadorias (incluem-se aqui os alimentos como categoria de mercadoria), minimiza o valor ontológico da atividade diante das relações de consumo. Desta feita, o discurso empresarial que se alinha ao do Estado é o do desenvolvimento e geração de empregos, que movimentam o mercado financeiro e aquece a economia.

Rigotto et al (2018) ressalta a relevância da questão “saúde” na vida dos indivíduos. A pesquisadora chama atenção de que a busca pelo bem estar harmônico nos níveis subjetivo, das relações interpessoais e também com o ambiente não podem ser colocados em segundo plano como uma esfera de menor importância frente à garantia de uma inserção precária no mercado de trabalho cada vez mais flexibilizado, desregulamentado e que apresenta riscos e agravos à saúde da comunidade.

É nesta perspectiva que se busca, através de uma produção científica crítica e comprometida com a realidade e transformação social, questionar o modelo vigente de desenvolvimento e potencializar as práticas contra hegemônicas existentes e persistentes nas comunidades tradicionais e povos comprometidos com a produção sustentável.

No anseio pela busca de justiça socio ambiental na realidade do campo, não é possível pesquisar a realidade laboral em sua interface complexa com as condições gerais de saúde, sem problematizar o modelo desenvolvimentista para romper com o discurso ideológico dominante de que este é o caminho viável para manter a população humana livre do fantasma da fome – até porque, caso o fosse, nossa questão de má distribuição de alimentos já estaria sanada.



Sendo por boa parte da população este modo de produção percebido como o principal fator de adoecimento e desregulação da vida no local, mas ao mesmo tempo sendo este o modelo que traz a empregabilidade, quais práticas de enfrentamento tornam-se possíveis diante da máquina cruel e reprodutora de desigualdades que é o agronegócio?

Algumas considerações não conclusivas

O capitalismo não se sustenta somente por sua base de expropriação do tempo de vida do trabalhador, através da exploração de sua força de trabalho. Tampouco sobrevive de acúmulo dos lucros ou da manutenção da desigualdade social por ele retroalimentada, pois pilar necessário; o capitalismo na atualidade sustenta-se, sobretudo, nas contradições que o sistema comporta de maneira inerente.

Este sistema de contradições não opera no campo abstrato ou em esferas distantes da vida cotidiana dos cidadãos; sendo o ser humano sujeito ontologicamente predisposto à atividade, sendo ele forjado no seio de uma educação voltada ao trabalho no campo da modernidade, pouco resta de recurso cognitivo que o auxilie na percepção de que, ironicamente, o mesmo trabalho que lhe dá e garante identidade e vida, é o que o mata diariamente.

O Estado em muito corrobora na dificuldade de tal percepção, invisibilizando e menosprezando os agravos à saúde dos trabalhadores expostos ao uso de agrotóxicos diretamente, ou aos bens comuns contaminados por ele. Não havendo uma legislação rígida que regule tais usos, não há punições previstas a mais esse crime do capital – mas há luta.

A hipótese aqui é de que a contrapartida à tanta violação da dignidade humana, vem através de dois pilares: o primeiro, do campo científico, seria o deslocamento da epistemologia dominante eurocentrada para o sul epistêmico, abrindo mão das teorias moldadas no modelo positivista, pragmático e funcionalista da ciência moderna, para dar protagonismo aos saberes produzidos e sistematizados no sul epistêmico. Para tanto, compete à Academia repensar sua forma de pesquisa e produção de conhecimento, sobretudo no campo metodológico.

Em segundo lugar, o entendimento de que a produção científica, embora possa e deva subsidiar as políticas públicas, é vazia caso não se alinhe ao discurso da militância à qual a política é destinada. O abandono (ou monopólio) dos movimentos sociais pela academia indica o quanto o Estado viola, no caso através da própria educação, as manifestações populares. O ponto seria, então, o protagonismo dos movimentos sociais na luta pela garantia de direitos básicos e no alcance de uma efetiva transformação para a consecução de justiça sócio ambiental.

Referências Bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO NETA, M. de L. **Evolução geomorfológica atual e análise ambiental do foz do rio Jaguaribe, Ceará.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 123f. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

HESS, S.C. (org.) **Ensaio sobre poluição e doenças no Brasil.** São Paulo: Outras Expressões, 2018.

MAIA, M. T. “Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço”: experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. In: RIGOTTO, R.(Org.) **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SAMPAIO, J.L; LIMA, A.E.F; FREITAS, B.M.C. As bases Geo-Históricas do Baixo Jaguaribe, IN: RIGOTTO, R. (Org.) **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, R. (org.) **Trama para a Justiça Ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias.** Fortaleza: Edições UFC, 2018.

SILVA, M. de L. V e FREITAS, B. M. C. A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, R. (org.) **Trama para a Justiça Ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias.** Fortaleza: Edições UFC, 2018.